



O VERDADEIRO SEMIPRESIDENCIALISMO SÓ PODE VIGORAR EM MONARQUIA

- Artigo de Miguel Castelo-Branco



Entrevista

António de Souza-Cardoso

Novo presidente da Causa Real



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Pluralidade e debate

Passados mais de cem anos sobre o 5 de Outubro de 1910, se é certo que desde a implantação violenta da república o movimento monárquico português enfrenta terríveis dificuldades de afirmação, tal deve-se não só à repressão mais ou menos agressiva que sofreu, mas sobretudo à dificuldade que os seus apoiantes vieram demonstrando em estabelecerem prioridades que para lá do indispensável debate de ideias, privilegiasse uma mensagem clara e de unidade: o apoio incondicional a uma instituição representativa da nossa identidade transgeracional como Nação de 900 anos de história, isto é, na Coroa Portuguesa, cujos direitos dinásticos estão na pessoa do Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança. Acontece que, sem que se veja sobressair um pensamento novo ou personalidade intelectual que marque a nossa geração, o debate entre as diferentes sensibilidades monárquicas nos dias que passam termina quase sempre em zangas tão insanas quanto pueris, o que compromete a já precária relevância pública da nossa Causa – nem que seja por desperdício de energias.

Passados mais de cem anos sobre o 5 de Outubro de 1910, deveria constituir grande preocupação que a nossa geração não tenha ainda dado à luz uma obra digna desse nome para uma renovação do pensamento monárquico que fez história no século XX: então, tivemos personalidades ilustres e distintas como Jacinto Ferreira, João Camossa, João Taborda, Francisco Sousa Tavares ou Barrilaro Ruas, Mário Saraiva, António Sardinha, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo,

Almeida Braga, Alfredo Pimenta, e Alberto Monsaraz. Hoje, os poucos que pensam o assunto, as mais das vezes fazem-no levemente nas redes sociais, consumindo-se numa disputa fratricida com os que afinal não deixam de ser seus correligionários. Se o debate de ideias é vital para a credibilidade e consistência da doutrina monárquica, mais decisiva será uma sã coexistência dos diferentes modos de pensar e de ler a realidade. Dessa forma enriquece-se a produção doutrinária e desloca-se o foco do conflito para aquilo que numa escala de valores correcta deveria ser o alvo prioritário da nossa acção: o combate ao ideário republicano (se é que ele existe) e aos apesar de tudo poucos

facciosos que ainda o defendem. É nesse sentido o Correio Real desde o seu primeiro número patrocina e desafia a contribuição de quantos se dignem a participar com diferentes opiniões e sustentadas perspectivas sobre História e Monarquia.

Ainda que sob o signo do imprevisto e da falta de recursos, os inconformados bravos da Galiza que seguiram Paiva Couceiro para a rebelião armada, tradicionalistas ou liberais puseram de lado as suas bandeiras e sacrificaram-se pela mesma e comum causa maior: Portugal. Nisso devíamos seguir-lhes o exemplo, em homenagem aos nossos antepassados, em comunhão com o nosso Príncipe, para felicidade dos nossos sucessores.

João Távora,
Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

“Sem que se veja sobressair um pensamento novo ou personalidade intelectual que marque a nossa geração, o debate entre as diferentes sensibilidades monárquicas nos dias que passam termina quase sempre em zangas tão insanas quanto pueris, o que compromete a já precária relevância pública da nossa Causa.”

Capa: © Pedro Lucas | foto original | Jantar dos Conjurados



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto. 1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira, das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@realisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.causareal.pt/ Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho, Francisco Teles da Gama, João Mattos e Silva, Luís Barata, Teresa Côte-Real.

Design e edição: Madalena Pestana

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2650 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º nº1 alínea a)



António de Souza-Cardoso
Presidente da Causa Real

A crise actual e o impasse em que vive o País trouxeram-nos alguns ensinamentos. O primeiro de todos - o do aprisionamento do papel do Presidente que aqui não cuidarei, mas que merece atenta reflexão. Um segundo, também interessante, é a forma como põe em causa, de forma clara e definitiva, o sistema electivo.

Que os republicanos façam ouvidos moucos a que nunca foram sujeitos a qualquer plebiscito, não constitui novidade alguma, como, também não, o de se terem apressado a restringir o sufrágio no que, por exemplo, ao voto das mulheres diz respeito.

Mas a verdade é que, apesar disso, quando conseguimos chamar um republicano convicto (a primeira dificuldade é descobri-lo!) para o desiderato de que tipo de Chefia de Estado serve melhor a coisa pública, depois de tropeçarem em argumentos pueris e preconceituosos que a própria realidade desmente, agarram-se como uma lapa ao argumento do sistema electivo: Eu sou republicano porque não admito que em democracia se não eleja o Chefe de Estado!, dizem impantes na sua, desta vez, indestrutível convicção.

Talvez não valha a pena repetir que não escolhemos as nossas referências naturais mais profundas - os nossos Pais e a Terra onde nascemos, por exemplo. Vale para este efeito mais a pena passar para o campo político-partidário, menos filosófico e, por mais frívolo, também mais perceptível de todos.

A verdade é que a República também não escolhe os Seus Maiores – O Presidente da Assembleia da República, o Presidente do Tribunal Constitucional (que, dizem alguns, governou o País nos últimos anos), o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, os Governantes – Ministros e Secretários de Estado de todos os Governos, enfim, se nos guiarmos conscienciosamente pelo Protocolo de Estado, as principais figuras da República.

Mas a verdade é, também, aquela que é posta a nu pela presente crise e que julgo surpreendeu muitos portugueses: A verdade é que a República também não escolhe o Primeiro-Ministro, como tão eloquentemente fica demonstrado nas últimas eleições legislativas.

Uma última verdade para acabar de vez com esse falacioso e único argumento: O Rei só será Chefe de Estado em Portugal se os Portugueses quiserem. Por referendo, claro – a forma de sufrágio mais pura, porque mais protegida dos aparelhos partidários e do dinheiro público que nos actos eleitorais os financia, por força da lei! Por referendo que para ser vinculativo exige uma eleição, por uma verdadeira maioria dos portugueses. O que nunca aconteceu em Portugal na eleição de um Chefe de Estado Republicano.

Por isso, por favor não me falem mais da leveza insustentável do sistema electivo republicano.

PS: Parabéns ao Correio Real, pela sua persistência, trabalho e competência!

12	ÍNDICE
4	ACTUALIDADE • O verdadeiro semipresidencialismo só pode vigorar em Monarquia • MIGUEL CASTELO BRANCO • Mensagem 1º de Dezembro de S.A.R. o Senhor D. Duarte, Duque de Bragança • S.A.R. o SENHOR D. DUARTE, DUQUE DE BRAGANÇA
8	ENTREVISTA • Entrevista ao novo presidente da Causa Real António de Souza-Cardoso • JOÃO TÁVORA
13	OPINIÃO E DEBATE • Hergé o Monárquico Convicto • FRANCISCO TELES DA GAMA
15	NOVOS SÓCIOS • Pedro Galvão Teles da Silva Pereira

16	JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA • Diogo Tomás • JMP reforça a sua presença junto dos jovens portugueses a caminho do futuro
17	NOTICIÁRIO • Consagração de Dom Afonso a Nossa Senhora da Lapa • A Real Associação do Porto em 2015 • XXI Congresso da Causa Real • 25.º Aniversário da Real Associação de Viana do Castelo • Audiência na Câmara Municipal de Odivelas • Passeio pela Costa do Estoril • Núcleo da Costa do Estoril da RAL na Câmara de Cascais • 872º Aniversário da Fundação da Nacionalidade • Prémio Infante D. Henrique entregue a jovens portuenses da OBS • Apresentação do Núcleo Sul do Tejo na Fragata “D. Fernando II e Glória” • Jantar dos Conjurados 2015
25	BIBLIOTECA • «Alfredo Pimenta». Correspondência recebida, vol. I • VASCO ROSA

O VERDADEIRO SEMIPRESIDENCIALISMO SÓ PODE VIGORAR EM MONARQUIA

Os Integralistas diziam: “o Rei governa, mas não administra”. Faziam, pois, coro contra o esvaziamento da faculdade de exercer o mando, atributo dos monarcas, que o Liberalismo havia reduzido à fórmula de Thiers: “o Rei reina e não governa”. Em torno destas definições aparentemente irreconciliáveis, os monárquicos - antes e depois de 1910 - terçaram armas uns contra outros. O argumento do tempo não é certamente o mais impressionante, pois erros e inverdades há que triunfaram e ficaram, havendo verdades inquestionáveis que soçobraram nas tempestades das paixões dos homens. O tempo (a História) disse que as monarquias segundo a fórmula de Thiers prosperaram e que as monarquias de responsabilidade executiva do Rei não sobreviveram. Uma floresta de mal-entendidos.

Afinal, os reis nunca governaram, salvo no chamado período do “absolutismo” (1698-1828) em que os monarcas não mandaram reunir cortes e se socorreram de governos que apenas reportavam ao soberano. Mas estamos, bem entendido, a falar num poder “absoluto” no quadro do Antigo Regime, sinónimo de Estado incipiente e de quase ausência de burocracia, um Estado bem limitado pelos foros e liberdades concelhias, imunidades e regimes legais diferenciados, representação orgânica protegida por regimentos legais. Ou seja, o tal “absolutismo” era pouco mais que nada, salvo no período de Pombal - de facto um ditador - em que o grupo no poder declarou guerra às leis da constituição histórica e aos grupos sociais que maior capacidade reactiva possuíam: a nobreza e o clero, sobretudo a

Companhia de Jesus, elite cultural do país. A monarquia (mono-arquia) nunca existiu, pois os Rei só eram aclamados após juramento solene de obediência a todas as leis do reino e em harmonia com o direito natural. O Rei D. Miguel I foi o último monarca limitado pela constituição histórica e a sua aclamação foi absolutamente legal e legítima do quadro do regime que então vigorava: o da monarquia orgânica. Opine-se o que se quiser a esse respeito, mas a verdade é que tal legitimidade e legalidade foram destruídas pela violência de um grupo político que invadiu militarmente o país, travou guerra e venceu-a. Com a Carta, o sistema representativo atomizado, o fim das corporações, a

demolição do municipalismo e o fim dos “homens bons” e demais elites sociais, esse Portugal antigo morreu. Querer ressuscitar o que passou é tarefa impossível. Passou, morreu. Ora, os nossos integralistas, não têm nada mais que oferecer senão a partilha - sempre bem-vinda - de conhecimentos de história institucional, história do Direito e história das ideias políticas. Não se faz política com história. Compreende-se melhor os homens, as sociedades e as crises sabendo história, mas esta é passado.

A monarquia, para aqueles que pugnam pela superioridade da instituição real - “instituição de instituições”, como alguém disse - não é sinónimo de “elites tradicionais”, “municipalismo”, “corporativismo”, “representação dos corpos intermédios”, “confessionalidade do Estado”, etc. Pode ser tudo isso, ou antes, terá sido tudo isso, mas é, sobretudo, caução para a liberdade do Estado e da sociedade, protegendo-os dos partidos e grupos de poder. A monarquia, hoje, teria de ser instaurada e prescindiria de tudo aquilo que não faz parte da paisagem institucional e social do país após quase 200 anos de liberalismo. Há que viver com o tempo e perceber que o Rei pode e deve ser árbitro. Por ser árbitro não pode governar, pois governar implica tomar partido, beneficiar um grupo. O Rei só pode reinar, se por tal se entender permitir que outros exerçam o poder legítimo mandatado por eleições, mas que essa legitimidade

democrática não pode ser utilizada para destruir aquilo que é permanente e indiscutível; ou seja, a liberdade e a independência nacionais.

Uma das características enunciadas pelos adeptos da democracia prende-se com a permanente fiscalização dos actos de quem governa.



Infelizmente, a democracia menor que temos tratou de se expandir sobre todos os poderes - o legislativo, o executivo, o judicial, e até o poder moderador, que devia, na melhor tradição liberal, residir no chefe do Estado - transformando a democracia numa bela mentira. Nós queremos a monarquia porque queremos a democracia. O Rei não é irresponsável - submete-se às leis e à Constituição - mas não pode ser, apenas, a figura de cúpula do Estado, separado da governação. O Rei deve reinar respeitando o governo, emanação da escolha dos cidadãos representados em parlamento, mas cabe-lhe ser

o garante e observador atento de más políticas, abusos e até mentiras, assim como apossamento indevido, enriquecimento e favorecimento de alguns indivíduos ou grupos em benefício próprio e contra o interesse colectivo. Tivéssemos um Rei e muitos dos primeiros-ministros, ministros e outros governantes desta terceira república teriam sido demitidos por corrupção, após auditoria requerida pelo chefe do Estado às instâncias judiciais competentes. Mas não, os presidentes, homens de partido, não o podem fazer, porque são homens saídos de partidos.

Tivéssemos um Rei e muitos dos primeiros-ministros, ministros e outros governantes desta terceira república teriam sido demitidos por corrupção, após auditoria requerida pelo chefe do Estado às instâncias judiciais competentes.

O Rei deveria, também, garantir plena igualdade de oportunidades a todos quantos desejassem servir o Estado. Numa Nova Monarquia, caber-lhe-ia confirmar a nomeação dos quadros superiores dirigentes do Estado, depois de proceder à certificação da lisura dos concursos e provas públicas, impedindo a utilização do Estado pelas camarilhas trabalhando para os partidos políticos. Aos funcionários e servidores do Estado não seria autorizado, por colisão de interesses, militar em partidos políticos. Ao libertar o Estado do flagelo da incompetência e do amadorismo inerentes às clientelas partidistas, o funcionalismo do Estado seria emanação de entrega dos mais aptos cidadãos ao serviço do bem-comum. Se o Rei fiscalizasse os concursos para provimento de lugares nas forças armadas e forças de segurança, na diplomacia, nas magistraturas judiciais, nos institutos e fundações dependentes do Estado, nas empresas de capitais públicos, se zelasse pelo regime de incompatibilidades, muito seria corrigido num país entregue a gente desclassificada e incompetente animada pelo mais chão devorismo.

Afinal, o semi-presidencialismo só pode vigorar em monarquia.

MIGUEL CASTELO BRANCO

MENSAGEM 1º DE DEZEMBRO DE S.A.R. O SENHOR D. DUARTE, DUQUE DE BRAGANÇA



Portugueses,

Este 1 de Dezembro de 2015 é especialmente importante para Portugal. Abolido como feriado, ele renasceu com ainda maior força na consciência dos portugueses, faço votos para que em breve seja restabelecido como dia de festa, como nos foi prometido...

Os feriados nacionais são o pulmão das nações que respiram ao ritmo desses grandes eventos anuais que nos fazem pensar em tudo o que nós, Portugueses, construímos em comum.

Neste momento de crise europeia e mundial, neste momento de rasgar de novos rumos políticos no nosso país, venho apelar para afastarmos tudo o que nos separa e nos enfraquece.

Neste momento muito importante da nossa História, apelo a que evitemos as fracturas sociais que possam existir.

Estamos numa Europa que continua a sentir os efeitos da grande recessão económica e continua a braços com problemas sociais. Portugal enfrenta desafios que nos devem mobilizar a todos. O desafio da retoma económica, que permita combater o endividamento do Estado, das famílias e das empresas, bem como o desemprego e a pobreza, é um dos mais importantes.

É um tempo de união em que há que potenciar o que nos une e saber superar o que nos separa.

É um tempo em que todos os Portugueses têm de pôr acima das circunstâncias do presente os superiores interesses da Pátria.

Nesse sentido, faço votos de que o novo Governo

desempenhe com sucesso a missão a que se propôs.

Disse recentemente que seria positivo para a Democracia Portuguesa que partidos que estiveram quase sempre na oposição se sintam responsabilizados a encarar os problemas políticos e sociais com realismo, mas sem utopias e sem renunciar aos seus ideais.

Num mundo global em que as comunicações não têm fronteiras, os valores da estabilidade e da competitividade assumem uma importância fundamental no reforço das condições para que Portugal se afirme como uma Nação aberta ao progresso e ao desenvolvimento. É também neste quadro que a Educação e a Cultura desempenham um papel agregador que nos deve envolver a todos. Fernando Pessoa imortalizou a frase “a língua portuguesa é a minha pátria” e Virgílio Ferreira disse um dia “da minha língua vê-se o mar”. A língua portuguesa deverá continuar a ser um factor de união dos Países Lusófonos. Por isso quero sugerir duas iniciativas que nos possam aproximar, fortalecendo essa relação de povos irmãos que querem enfrentar juntos os desafios do futuro.

Tendo em conta que as novas gerações lusófonas já não têm a ligação que existia no tempo dos seus pais e avós, promovidas por uma vivência comum sob a mesma administração e tendo presente que os jovens dos Países da CPLP anseiam e lutam para se prepararem para um futuro melhor, que nem sempre é claro e previsível, sugiro a criação de um programa semelhante ao “Erasmus” europeu. Estou certo que um programa António Vieira para aproximar os jovens oriundos dos Países da CPLP encontrará acolhimento junto das respectivas entidades responsáveis.

Em segundo lugar, tendo presente os Portugueses espalhados pelo Mundo, que cultivam um amor exemplar à Pátria, sugiro a introdução do voto electrónico e do voto electrónico presencial, nomeadamente para os eleitores recenseados no estrangeiro. Essa iniciativa promoveria a participação activa dos cidadãos na vida política e iria diminuir a alta percentagem de pessoas às quais não são proporcionadas condições de voto.

Encontro-me neste momento em Díli a convite do Estado timorense para participar nas comemorações dos 500 anos do começo da convivência entre timorenses e portugueses. Como representante dos Reis de Portugal, que mais tarde estabeleceram acordos de união política com os Reis timorenses, não poderia faltar a um acontecimento de tão grande significado. A minha ligação a Timor começou há muitos anos, mas após a honrosa decisão do Parlamento timorense, que decidiu por unanimidade conceder-me a sua nacionalidade, reforcei a obrigação de dar o meu apoio a esta Nação.

Nesta viagem ao Oriente, convivi também com os habitantes da aldeia portuguesa de Malaca aos quais a Fundação Dom Manuel II ofereceu um belo sino. Eles mantêm viva a sua fé e cultura e espero que com a ajuda de Portugal consigam ultrapassar as ameaças de deslocalização...

Visitei ainda Pequim e Xangai a convite de instituições chinesas com o objectivo de estudar novas formas de cooperação entre ambas as nações, com pacíficas e proveitosas relações desde há 500 anos. É um caso único na história daquele país.

A Europa vive hoje graves problemas sociais, entre os quais o gravíssimo drama dos refugiados da guerra na Síria e Iraque e a vaga de milhões de pessoas, asiáticos e africanos, que acorrem à Europa para tentar escapar à insegurança e à pobreza, frequentemente correndo graves riscos.

Apelo à União Europeia, às Nações Unidas e às Igrejas que não se poupem a esforços no aprofundamento de soluções para a crise dos refugiados. Mas apelo também a que ajudem as pessoas e comunidades que ficaram a defender as terras onde vivem.

Países de acolhimento como o Líbano, Turquia e Jordânia receberam mais de quatro milhões de sírios

com admirável generosidade. O Ocidente tem aqui uma ajuda a prestar, apoiando a criação de actividades produtivas que possam sustentar os refugiados.

Nestes momentos difíceis, Portugal e os portugueses têm dado magníficos exemplos de responsabilidade e de solidariedade social. Voluntários, pessoas anónimas, famílias, instituições, organizações e empresas, têm sido de exemplar generosidade e dedicação aos mais pobres e àqueles que enfrentam o drama do desemprego. São os verdadeiros heróis dos nossos tempos que merecem todo o nosso apoio e carinho.

A um ano e meio do centenário das aparições de Santa Maria, Rainha de Portugal, quero lembrar que Fátima representa também os valores da solidariedade que nos devem unir a todos nesta nossa Nação que é também Dela.

Num momento de fortes mudanças e incertezas, sigo convicto que a Instituição Real será o melhor baluarte de defesa da unidade do povo português. Minha mulher Isabel e eu estamos certos de que os nossos filhos Afonso, Francisca e Dinis saberão estar sempre prontos para servir a nossa Pátria, seja quais forem os cargos que venham a desempenhar. Assim Deus os ajude!

Díli, 1 de Dezembro de 2015



AO NOVO PRESIDENTE DA CAUSA REAL António de Souza-Cardoso

Dizem as más-línguas que não se deve retornar a um sítio onde se foi feliz, mas o recém-eleito presidente da direcção da Causa Real cometeu essa imprudência. António de Souza-Cardoso tem 56 anos e é casado com Maria Teresa com quem tem dois filhos: a Maria Teresa com 21 anos, licenciada em Gestão pela UCP; e o António Amadeu, com 18 anos que estuda direito na UCP.

CR: O que o motivou a apresentar uma recandidatura a Presidente da Direcção da Causa Real?

Não era, sinceramente, algo que estivesse nas minhas previsões, até pelas exigências da minha vida profissional. A desistência fundamentada, mas também inopinada do Dr. José Alarcão Troni e, posteriormente, o facto de o principal subscritor da Moção de Estratégia que eu sempre apoiei, Eng^o Tomás Moreira, ter entendido, por razões de natureza pessoal, também respeitáveis, que não podia assumir a liderança do movimento, fizeram com que eu sentisse que não era possível deixar uma Instituição que ajudei a fundar, à deriva de lideranças e estratégias que não me pareceram credíveis, nem capazes de reabilitar um projecto que tem mais de 20 anos e que é o único que congrega verdadeiramente o movimento monárquico em Portugal. Em suma, julgo que com claro prejuízo da minha vida pessoal e profissional, prevaleceu a obrigação de consciência que emerge da profunda convicção que tenho das vantagens para Portugal da Instituição Real, para além, claro, do serviço e de conjura de que nenhum monárquico se deve sentir dispensado

CR: Pedimos-lhe um resumo da moção de estratégia apresentada ao XXI congresso.

Eu julgo que o seu título é muito eloquente: Unir para Reconstruir – Uma Nova Organização para um Novo Ciclo Político. De facto entendemos que existe hoje um definhamento do movimento que nos últimos anos diminuiu significativamente a sua base

social. Deixámos de ter a abrangência territorial que tínhamos no passado e muitas Reais Associações estão desmotivadas ou mesmo desactivadas. Não soubemos, todos, criar um impulso novo que atraísse novas pessoas para o movimento e essa revitalização e renovação das estruturas que suportam a Causa Real e a representam no território parece-nos crucial. Julgo, ainda, que é necessário reconciliar o movimento com o seu estatuto que já foi federativo e hoje é unitário. Julgamos que nem todos os dirigentes entenderam o alcance desta profunda alteração organizacional iniciada pelo

Dr. Paulo Teixeira Pinto.

Depois, pensamos que é necessária uma nova abordagem política que comprometa todos os que já são monárquicos, mas que se preocupe essencialmente com os muitos que, não sendo ou não se assumindo como monárquicos, encontram interesse e utilidade na Instituição Real. É principalmente para esses que queremos falar, trazendo para a agenda política a modernidade da nossa proposta.

Dr. Paulo Teixeira Pinto. Depois, pensamos que é necessária uma nova abordagem política que comprometa todos os que já são monárquicos, mas que se preocupe essencialmente com os muitos que, não sendo ou não se assumindo como monárquicos, encontram interesse e utilidade na Instituição Real. É principalmente para esses que queremos falar, trazendo para a agenda política a modernidade da nossa proposta. Sem estigmas, sem dogmatismos. Com a determinação de quem quer reflectir, usando uma estratégia incremental de pequenos passos, para que o tema se não perca na sua própria irrelevância ou no preconceito que suscita. A nossa moção que é muito clara está disponível no site da Causa Real, mas tem como foco principal preparar a Organização para acompanhar e apoiar uma estratégia nova de comunicar o projecto político que sempre nos reuniu.

CR: Considera que o movimento monárquico evoluiu positivamente desde a altura em que exerceu o cargo de Presidente da Causa Real? Quais

os pontos altos e quais os pontos que lhe suscitam mais reservas?

Não, não considero. Acho que éramos mais, melhor organizados e mais influentes do que somos hoje. Mas julgo que o movimento precisava de outro modelo jurídico e institucional e isso foi um ponto positivo desta evolução. Claro que todas as Direcções se esforçaram muito para contrariar o definhamento organizacional e político de que sofremos nos últimos anos. Deste último mandato retenho um trabalho exemplar na área da imagem e

da comunicação e muitas ideias que me pareceram de grande interesse mas que não tiveram a operacionalidade devida.

CR: Como entende que na actual conjuntura se possa dar um novo fôlego à Causa Real?

Com muito mais trabalho e dedicação do que temos tido. Com o desafio que lançamos a todos os monárquicos de que a sua condição não se pode satisfazer com uma ida anual a um jantar ou outro acontecimento de carácter cultural ou social.

Iniciou a sua já longa militância monárquica na Juventude Popular Monárquica no Porto mantendo-se ligado ao PPM até às legislativas de 82, em que foi candidato a deputado. Foi Presidente da Juventude da Liga Popular Monárquica e membro do seu Conselho Directivo e Secretário Nacional Adjunto. Fundador das reais Associações de Braga e do Porto, foi duas vezes membro das duas primeiras Direcções da Real do Porto, onde assumiu a presidência da direcção durante 3 mandatos. Presidente da Mesa do Congresso durante 2 mandatos, foi também presidente da Direcção da antiga Causa Monárquica.

Empresário, fundador de Empresas Comerciais, Industriais e de Serviços, António de Souza-Cardoso é Licenciado em Direito e Pós-Graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa. Professor na Universidade Lusíada e no IESF - Instituto de Estudos Empresariais e Financeiros e perito da Comissão Europeia, é membro da Comissão inter-ministerial que instituiu o SAJE 2000, e foi Director-geral da Associação Nacional de Jovens Empresários durante 18 anos. Fundador e membro da CE do Portugal Fashion e da Academia dos Empreendedores é Presidente e Administrador de várias Associações Empresariais, membro do Conselho Superior Associativo da AEP, membro da ACEGE e da APBA. Comentarista residente de vários programas televisivos no Porto Canal e NTV, é articulista em vários jornais e revistas, é escritor e ensaísta com alguns livros publicados.

Tem como hobbies principais a Caça, o Golfe, a Culinária e a absorvente actividade de Pai feroz e devoto.



Temos trabalho para todos os monárquicos que interpelamos, desde já, para no seu dia-a-dia darem testemunho vivo das suas convicções e interpelarem outros monárquicos para uma militância que é cada vez mais ténue e menos comprometida. Queremos mesmo estar mais unidos, mais conjurados, no propósito de servir a nossa Pátria e o nosso Rei que é, de todos os Portugueses!

Como uma nova abordagem política que já referi e que emerge da constatação de que todas as outras falharam e nos não retiraram da expressão marginal que temos no tecido político e social.

CR: Como entende o papel das Reais Associações na dinamização política da Causa Real?

É um papel essencial para a operacionalização desta estratégia. As Reais representam a Causa Real em cada uma das suas Regiões. E isto dá a cada Real Associação uma responsabilidade acrescida. Não acredito em homens providenciais. Acredito sim em equipas que se unem e mobilizam pelos mesmos propósitos, pelas mesmas convicções.

A adesão que a quase totalidade dos congressistas tiveram à nossa Moção, animam-nos a pensar que este espírito de união e de mudança está presente em todos os dirigentes e nas Reais Associações que representam.

“As Reais Associações representam a Causa Real em cada uma das suas Regiões. E isto dá a cada Real Associação uma responsabilidade acrescida.”

CR: Qual a estratégia para colocar a Causa Real na agenda da comunicação social?

Temos que ganhar relevância. Mas essa não vai ser a nossa primeira preocupação. Estamos muito interessados em revitalizar o movimento e iniciar um caminho político que pode até passar a ser, voluntariamente, mais discreto e mais contido do que muitos gostariam. Isto sem prejuízo de querermos identificar bem quem nos pode ajudar nos vários sectores da sociedade. E a área da comunicação, nas suas diferentes dimensões, é e será no futuro, cada vez mais decisiva. Isto, também sem prejuízo de termos opinião e tentarmos que ela passe nos instrumentos de maior relevância. Já depois de ser eleito fiz um artigo sobre os “Pecados do Presidente da República” que foi publicado no semanário Expresso. Pergunto há quanto tempo o

Presidente da Causa Real não emitia opinião num jornal de referência como este?

CR: Considerando o número de associados das Reais Associações uma forma de aferição do trabalho da nossa organização no terreno, possui a nova direcção directivas para uma estratégia de crescimento?

Sim. Consideramos essencial, chegarmos aos 10.000 associados que já tivemos. Isso dá-nos muita relevância. Na altura dizíamos que éramos a maior associação de pessoas existente em Portugal a seguir ao ACP. E gostaríamos de reflectir sobre o estatuto de simpatizante, uma forma menos cometida, mas também mais fácil de adesão. Estamos a trabalhar num cartão de associado com um conjunto extenso de benefícios para criarmos uma relação aspiracional, mas também de valor com cada associado. Estamos a alargar essa reflexão a uma estratégia de abordagem de novos públicos como é, por exemplo, o caso dos seguidores do nosso site que são mais de 20.000. Esta estratégia passará por sacrificar alguma receita num primeiro momento, incentivando quem se torna associado e quem traz um associado, numa campanha que envolverá as Reais Associações e que, a prazo, nos trará a todos, não só representatividade, mas também benefícios significativos.

CR: Quase um terço dos presentes no último Jantar dos Conjurados eram jovens e também foi marcante a sua presença no XXI Congresso. Em que medida a JMP pode dar o seu contributo para a revitalização do movimento monárquico?

Mais de um terço da Direcção recentemente eleita é constituída por associados com menos de 30 anos. Julgamos que isto diz tudo sobre a atenção e compromisso que queremos ter com

“Mais de um terço da Direcção recentemente eleita é constituída por associados com menos de 30 anos. Julgamos que isto diz tudo sobre a atenção e compromisso que queremos ter com a Juventude.”

a Juventude. Preocupa-me pessoalmente muito que as novas gerações estejam tão desligadas da coisa pública e tenham tantas reservas para com as nossas classes dirigentes, e com a classe política em especial. Temos que saber reabilitar este sentido de participação e de cidadania, com o nosso exemplo e com propostas novas, capazes de estimularem a juventude portuguesa para um sobressalto cívico que comprometa em relação ao futuro. Este é um dos mais cruciais desideratos deste mandato.



CR: Como podemos mostrar aos portugueses que a luta monárquica está acima dos interesses individuais na defesa do bem comum?

Julgo que essa é a parte mais simples. Somos parte de um movimento absolutamente voluntarista e agregado apenas por valores e convicções profundas. Ninguém neste movimento pode aspirar a algo mais que não seja ver restaurada

a Monarquia em Portugal. E isso só pode ter uma explicação que se fundamenta na consciência que temos de que a Instituição Real serviria melhor um Portugal moderno e progressivo que não se envergonha, nem se esconde do seu passado, mas acredita que o futuro exige modelos de regime que melhor interpretem a função da Chefia de Estado não só nas funções reguladoras que habitualmente lhe estão cometidas, mas também e principalmente como elemento de agregação da identidade e da independência da Nação.

**SE FORMOS MAIS,
SEREMOS MAIS FORTES**

**INSCREVA UM AMIGO
PARA A NOSSA CAUSA!**



INFORMAÇÕES EM:

CAUSAREAL.PT - TEL. 213 428 115

CR: Qual a expectativa da nova direcção quanto à cooperação com a Casa Real para a implementação da renovada estratégia?

Toda. Temos uma reunião já agendada com a Casa Real. A nossa estratégia inspira-se e fundamenta-se muito nas intervenções que nos últimos anos ouvimos do Senhor Dom Duarte. No mesmo dia em que a Casa Real Portuguesa deixar de entender a nossa estratégia como oportuna, daremos lugar a quem melhor interprete esse outro entendimento.

CR: Uma palavra sobre o projecto do Correio Real já com seis anos e uma média de duas edições anuais.

De felicitação, claro, e de muito estímulo.

“Ninguém neste movimento pode aspirar a algo mais que não seja ver restaurada a Monarquia em Portugal.”

Fizemos durante alguns anos o Estrada Real que teve periodicidade trimestral e sabemos bem o trabalho enorme que uma publicação deste género exige, principalmente quando garante como o Correio Real dois pressupostos fundamentais: A regularidade e a permanência! Parabéns a todos quantos trabalham no Correio Real que certamente representa para muito monárquicos que o recebem, o elo principal de ligação ao Movimento que a Causa Real orgulhosamente representa.

ENTREVISTA COORDENADA POR JOÃO TÁVORA



HERGÉ

O MONÁRQUICO CONVICTO

Francisco Teles da Gama



Muitos conhecem Georges Remi somente pelo génio da escrita e do desenho, que lançou ao Mundo a 10 de Janeiro de 1929, Tintim, o herói que o catapultou para o sucesso sem precedentes. Mas o que talvez não saibam é da sua luta e lealdade pelo Rei da Bélgica, Leopoldo III, e acima de tudo pela Monarquia.

Nunca se conheceu o paradeiro do verdadeiro avô de Hergé, o que o fez fantasiar por algum tempo poder tratar-se do próprio Leopoldo II, pois era famoso por ter vários filhos ilegítimos. Quando a sua prima Marie Louise lhe perguntava quem era o avô, ele desviava a conversa, mas por fim respondeu-lhe: “Não te digo quem era o nosso avô porque isso podia subir-te à cabeça”.

Desde o lançamento do primeiro volume de *As Aventuras de Tintim*, que os Príncipes Balduino e Alberto recebiam cópias de luxuosa encadernação de todas as obras.

Logo a 14 de Outubro de 1936 o Rei Leopoldo III anunciava que em caso de guerra a Bélgica deveria manter-se neutra, pois se fosse invadida de novo “a luta devastaria o país de uma forma tal que a guerra

de 1914-1918 não passaria de um pálido reflexo”. As suas palavras estavam certas, mas o destino foi inevitável. Hergé concorda com a tomada de decisão do Rei, apesar de haver algum descontentamento na opinião pública.

No ano de 1939 é publicado *O Ceptro de Ottokar*, livro que exalta a Monarquia Constitucional, onde o herói salva o Monarca da Sildávia de uma conspiração com o objectivo de implantar uma república ditatorial. As parencas do Muskar II, soberano fictício da Sildávia, com o Rei Leopoldo III são visíveis. Esta era a forma de Georges mostrar a sua lealdade com a Casa Real belga, apesar de todas as adversidades.

Quando a II Guerra Mundial estala os quatro principais ministros belgas decidem abandonar o país e partir para França. Leopoldo III por seu turno não abandona a Bélgica, dizendo que o seu lugar era ao lado do povo. Neste momento era ele que dirigia pessoalmente as operações militares. A 28 de Maio de 1940 o Rei rende-se a Hitler para evitar massacres, ficariam imortais as suas palavras “Não vos abandono no infortúnio que nos atormenta e comprometo-me a velar pelo vosso destino e pelo das vossas famílias. Amanhã



começamos a trabalhar com a firme vontade de levantar a pátria das ruínas”. Hergé declararia mais tarde “Penso que nunca existiu nenhum testemunho que me abalasse a minha convicção inicial. (...) O rei teve razão”.

Durante este período Hergé carece de bens de primeira necessidade, por esta razão pede a Adolfo Simões Müller, director do jornal português O

Papagaio, seu parceiro desde 1936, que enviasse comida para si e para o seu irmão Paul, que se encontrava prisioneiro na Alemanha. E assim o fez, enviando inúmeras iguarias, café e tabaco. Portugal foi o primeiro país a traduzir e a colorir As Aventuras de Tintim. Curiosamente Adolfo Simões Müller compartilha o mesmo apelido de um dos eternos rivais de Tintim.

Georges só viria a conhecer Leopoldo III em 1948, quando este se encontrava em Prégny, na Suíça. O Rei convida-o para almoçar e recorda com saudade todos os álbuns que lhe foram enviados ao longo de quase duas décadas. A partir desse momento estabeleceu-se uma amizade.

O sentido de responsabilidade e de dever para com o país e o seu Rei, aliado ao talento inegável deste leal monárquico, fazem dele um exemplo para todos nós. Hergé utiliza o traço limpo para demonstrar as suas opiniões e virtudes no bem da Humanidade, este facto é cada vez mais raro.



NOME: Pedro Galvão Teles da Silva Pereira

IDADE: 48 anos

NATALIDADE: Lisboa

OCUPAÇÃO: Empresário (arquitectura e construção).

CR: Por que se tornou sócio da Real Associação de Lisboa?

Foi a vontade de querer fazer parte duma organização que defende uma mudança para um regime onde a identidade de Portugal é plenamente representada e defende a autonomia do nosso país.

CR: Desde quando é monárquico?

Desde sempre me revejo no regime monárquico.

CR: O que espera da Causa Real em geral, e da Real Associação de Lisboa em particular?

Espero que a Causa Real consiga esclarecer o povo português de que o sistema semi-presidencial não está a contribuir positivamente para a nação e não está a saber actualizar-se. Assim, é preciso termos um rei, que, segundo o meu ponto de vista, é representante do fundador, é sua continuidade, é alguém que tem autoridade mas não tem o poder, o poder é do povo. O rei é o representante do qualitativo de um todo que é a pátria. Revejo-me no espírito dos estatutos da Causa Real e da Real Associação de Lisboa, e pretendo participar em acções informativas que mostrem os benefícios da monarquia portuguesa (temos uma família real) e assim o povo esclarecido poder efectuar, serenamente, a transição de regime. É preciso motivar, fazer renascer o acreditar, bem como divulgar melhor a intensa actividade dos Duques de Bragança no país e no estrangeiro. Penso ser também de equacionar uma Convenção Monárquica, de abrangência nacional e com a presença de todos os movimentos e sensibilidades existentes para uma alargada discussão estratégica.

REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

APELO!

Sabia que toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115

Email: secretariado@reallisboa.pt

Daqui e Dalí:



© CC: POLIZEI BERLIN

“Em Maio de 2010, depois das eleições no Reino Unido não terem dado a maioria absoluta aos conservadores, levou dois ou três dias a negociar a coligação entre estes e os democratas liberais que governaria durante os próximos 5 anos. Durante esses dias todos pudemos acompanhar as tentativas de Gordon Brown para se manter como primeiro-ministro através de uma

coligação com os mesmos democratas liberais, dirigidos por Nick Clegg. A Rainha continuou na vida dela, sem interferir ou sequer prestar muita atenção. É uma monarquia constitucional: os partidos que se desembrulhem sozinhos. São eleitos para isso e são constituídos por pessoas adultas e livres que decidirão como quiserem. Compare-se com os trabalhos do Presidente Cavaco Silva e a maneira como as interferências dele confundiram e atrasaram o país inteiro. É como se a Rainha Isabel II teimasse que queria que os conservadores governassem com o apoio dos trabalhistas. Não é apenas absurdo. É uma aberração anti-democrática. As pessoas culpam Cavaco Silva mas a culpa não é dele, que fez o que achava que deveria fazer para o bem de Portugal. A culpa é do sistema republicano e semi-presidencialista que torna obrigatória a interferência do chefe de estado no exercício democrático e parlamentar dos partidos eleitos. (...)”

Miguel Esteves Cardoso, Público 01/12/2015 - 07:36



REFORÇA A SUA PRESENÇA JUNTO DOS JOVENS PORTUGUESES

A JMP continua a investir na relação com o meio associativo jovem, principalmente com associações ligadas aos valores da monarquia portuguesa. Nesse sentido, participou na festa comemorativa do 25 de Abril, a convite da Conexão Lusófona (associação vocacionada para os jovens dos países que têm o português como língua oficial).



Correspondendo a uma política de proximidade com a população, um grupo de jovens monárquicos deslocou-se a Lamego para participar nas comemorações do Dia de Portugal. A polícia impediu a sua participação devido à presença da bandeira de Portugal que vigorou até 1910. Nesse mesmo dia, uma delegação da JMP e da Real Associação de Lisboa, participaram na Homenagem aos Combatentes em Lisboa.

Durante 15 dias, de 29 de Maio a 14 de Junho, os jovens monárquicos tiveram uma “tenda” no Arraial da Praça da Alegria, Lisboa, organizado pela Junta de Freguesia de Santo António. Neste espaço era possível “beber um copo” e conhecer melhor a JMP.

Cumprindo um dos principais desígnios da sua fundação, a colaboração activa com a Causa Real,

a JMP conseguiu a maior participação de sempre de congressistas jovens num Congresso da Causa Real, neste caso o XXI Congresso.

Esta participação contribui para reforçar a vitalidade do movimento monárquico e a garantia da sua prosperidade. Este ano, pela primeira vez, o Núcleo de Estudantes Monárquicos da Faculdade de Direito de Lisboa organizou uma recepção ao caloiro. O NEM aproveitou para divulgar o ideal monárquico e promover os símbolos nacionais.

Recentemente, no dia 19 de Dezembro de 2015, foi dada posse aos novos órgãos sociais da Juventude Monárquica do Porto. Nesse dia foi feita a inauguração da nova Sede da JMP Porto, realizando-se o Jantar de Natal e recolha de bens alimentares para a Cáritas Portuguesa.

A territorialidade é uma das principais apostas da JMP, por isso existem já contactos sólidos no sentido de fundar as juventudes locais do Alto Alentejo e Trás-os-Montes.

Diogo Tomás
Presidente da Juventude Monárquica Portuguesa



Consagração de Dom Afonso a Nossa Senhora da Lapa

SERNANCELHE, 5 E 6 DE SETEMBRO DE 2015

O Concelho de Sernancelhe recebeu, nos dias 5 e 6 de Setembro, os Duques de Bragança para a consagração do Príncipe Afonso de Bragança a Nossa Senhora da Lapa, no Santuário da Lapa, cumprindo-se assim uma tradição de séculos e que dá continuidade ao acto praticado pelos príncipes e princesas da Beira ao atingirem a maioridade.

No dia 5, Dom Duarte de Bragança e o Príncipe Dom Afonso foram recebidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

No dia 6, na Lapa, Aldeia de Portugal, decorreu a cerimónia de consagração, em que Álvaro Mene-

zes, da Real Associação de Viseu, e o Professor Doutor Carvalho Rodrigues foram os padrinhos.

No interior da Igreja mais de uma centena de convidados assistiu ao momento, seguido também no exterior por centenas de pessoas através de um ecrã gigante. No templo, D. Afonso de Santa Maria cumpriu um ritual de séculos, ajoelhado perante o altar de Nossa Senhora da Lapa, a quem pediu auxílio e orientação para a sua vida.

O Padre Alves Amorim, Reitor do Santuário, completou a cerimónia com a oferta de uma medalha e de uma imagem de Nossa Senhora da Lapa ao Príncipe da Beira, gesto retri-

buído pelo monarca ao oferecer ao Reitor uma medalha do seu baptismo. A assinatura do livro de honra foi o último acto da cerimónia de consagração, tendo sido testemunhado pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Assembleia Municipal, presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, entre tantas outras entidades locais e regionais.

Seguiu-se a procissão, acompanhada por milhares de visitantes, rumo ao espaço da missa campal, presidida por Monsenhor Cândido Azevedo, que classificou este dia como histórico para a Lapa e para Sernancelhe. •



A Real Associação do Porto em 2015

Decorrido um ano desde a celebração dos 25 anos da Real Associação do Porto, em retrospectiva, sintética, do ano de 2015, gostaria

de destacar três eventos organizados pela nossa associação, que, pela sua importância e visibilidade, contribuíram para uma cres-

cente afirmação da Causa Real e da Real Associação do Porto.



Jantar Debate de 14 de Maio

Os jantares debate organizados pela Real Associação do Porto vêm sendo um hábito e um êxito há já vários anos. Tal deve-se não só ao excelente convívio que o local escolhido proporciona, mas sobretudo ao elevado interesse dos temas abordados e à qualidade dos oradores. Permite-me destacar alguns palestrantes desses jantares, designadamente Paulo Teixeira Pinto, Luís Lavradio, Nuno Pombo e Tomás Moreira.

Em 2015, no dia 14 de Maio, a Real Associação do Porto realizou mais uma vez, no Grande Hotel do Porto, um jantar debate sobre o tema: "As eleições presidenciais em debate, ou uma oportunidade de relevar as fragilidades do regime". Foi palestrante João de Lancaster e Távora, actual Presidente



da Real Associação de Lisboa. O jantar foi, como habitualmente, muito apreciado pelos presentes e terminou com um animado debate com várias intervenções. Cumpre realçar que estes jantares debate são participados também por convidados não associados, que, desta forma, tomam contacto com o nosso movimento em geral e em particular com a Real Associação do Porto.

Taça Duque do Porto 2015

Após o sucesso de 2014, a Real Associação do Porto decidiu dar continuidade anual à Taça Duque do Porto, realizando, no decurso deste ano de 2015, a sua segunda edição. A Taça Duque do Porto 2015 teve o seu início no dia 7 de Março no Estela Golf Club com uma inédita inscrição de 130 jogadores, tendo sido participado por 115 jogadores, num excelente dia de sol!

Este ano, o torneio realizou-se em 8 campos de golfe, de Miramar a Viseu, da Estela a Vidago, passando por Ponte de Lima, Vale Pisão, Amarante e Barca, tendo tido uma participação recorde de 700 jogadores.

A final da Taça Duque do Porto, participada pelos apurados nos

torneios, realizou-se, à semelhança do ano passado, no Estela Golf Club, no passado dia 19 de Setembro, onde, no mesmo dia, se realizou um animado jantar de entrega de prémios, com a presença de S.A.R., o Duque de Bragança e do Infante Dom Dinis, o Duque do Porto.

a Taça entregue pelo Infante Dom Dinis, o Duque do Porto.

Essencial para o sucesso do torneio foi a grande participação de jogadores e os nossos patrocinadores, apoiantes e parceiros, que tornaram possível a sua realização. A segunda edição da Taça Duque do Porto conseguiu superar as



Gostaria de destacar as parcerias com a Taça Duque de Edimburgo e com o Troféu Vilamoura, que premiam o vencedor da Taça Duque do Porto com a participação nos seus torneios.

O grande vencedor da Taça Duque do Porto 2015 foi Fernando Teixeira dos Santos, que recebeu

expectativas criadas pelo sucesso do primeiro ano, sendo já um torneio de referência, que promove a notoriedade do golfe e do norte do país, ao mesmo tempo que dá a conhecer a Causa Real e a nossa associação. Por estes motivos, a verificar-se um novo sucesso no próximo ano, equacionaremos a possibilidade de, no futuro, vir a



realizar este torneio noutros pontos do país.

Jantar Comemorativo do 26º Aniversário da Real Associação do Porto

Em 15 de Outubro de 2015, teve lugar o Jantar Comemorativo do 26º Aniversário da nossa Associação, na Casa dos Arcos, no Porto, com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança. Durante todo o jantar foram projectadas imagens de diversos eventos realizados pela Real Associação do Porto e pela Causa Real, tendo ainda tido os convidados oportunidade de ouvir uma actuação musical de violinos, que foi muito aplaudida. O jantar, muito participado e apreciado, proporcionou mais um agradável convívio de afirmação e dedicação à Casa Real e à Causa Monárquica.



Estes e outros eventos da Real Associação do Porto estão publicados na nossa página da internet: www.realporto.pt, que actualizamos regularmente. Temos também o facebook da Real Associação do Porto e o facebook da Taça Duque do Porto.

Propomo-nos continuar a fazer mais e melhor na afirmação e dedicação à Casa Real e à Causa Real! • Jorge Leão, Presidente da Real Associação do Porto



O XXI Congresso da Causa Real decorreu em Lisboa no Salão Nobre do Palácio da Independência em duas partes: nos dias 11 de Julho e 24 de Outubro.

Na primeira parte foi ocasião para o presidente da Direcção Nacional, Luís Lavradio, fazer a apresentação do relatório de contas e de actividades de 2014 que foram aprovados por unanimidade.

Seguiu-se um vivo debate sobre o futuro do movimento, tendo sido apresentadas moções de estratégia da Juventude Monárquica pelo seu presidente Diogo Tomás Pereira, e da Real Associação de Viseu pelo seu presidente Álvaro Menezes. A Real Associação de Lisboa, a quem coube a organização desta reunião magna, pela voz do seu presidente João Lancastre e Távora, apresentou uma proposta de constituição de uma comissão para o estudo e apresentação de soluções para a revitalização da Causa Real, em face da qual o Congresso foi

XXI Congresso da Causa Real

LISBOA, 11 DE JUNHO E 24 OUTUBRO DE 2015



suspenso por 90 dias para apresentação dos resultados. Na segunda parte foram então apresentadas e discutidas duas moções:

1 - «Unir para Construir: Uma nova organização para um novo Ciclo Político», encabeçada pelo Dr. António de Souza-Cardoso;

2- «O postulado para o Movimento Monárquico Português: por uma moderna Monarquia de Princípios e Valores», encabeçada pelo Dr. Álvaro Menezes, que acabaria por retirar a sua candidatura, submetendo à votação apenas a sua moção.

Foi eleita assim a nova direcção da Causa Real presidida por António de Souza Cardoso. Esta nova direcção conta ainda com

Tomás Moreira (Vice-Presidente), Nuno Pombo (Secretário Geral) e Rui Gomes de Araújo (Tesoureiro), bem como com os vogais Diogo Tomás Pereira, Manuel Guerra Pinheiro, Fernando Hélio Loureiro, Júlio Reis Silva, Teresa Côrte-Real, Maria do Carmo Pinheiro Torres, e Henrique Sousa de Azevedo. Por inerência, fazem ainda parte da direcção os presidente das reais associações. A Real Associação de Lisboa orgulha-se da sua forte representação com a presença de congressistas e observadores, associados e direcção, assim como pelos dirigentes dos seus Núcleos do Sul do Tejo, da Costa do Estoril e de Odivelas. •



O jantar comemorativo do 25.º aniversário da Real Associação de Viana do Castelo, teve lugar no dia 12 de Setembro, na Casa da Lapa, na Vila de Ponte de Lima, gentilmente cedida para o efeito pelos seus proprietários, a família Maia e Menezes.

No decurso do jantar, os cerca de 150 participantes, testemunharam a assinatura do acordo de cooperação entre a Real Associação de Viana do Castelo e a Associação Cultural Luso-Moçambicana, tendo em vista a conjugação de sinergias institucionais, direccionadas para a dinamização

25.º Aniversário da Real Associação de Viana do Castelo

PONTE DE LIMA, 12 DE SETEMBRO DE 2015



de um conjunto de iniciativas que visam estabelecer um profícuo diálogo que fomente o respeito, a valorização e a divulgação da cultura dos dois povos. A assinatura deste acordo de cooperação antecede a visita de uma delegação moçambicana no dia 23 de Setembro a Viana do Castelo.

Como o dia 12 de Setembro coincidiu com uma das mais típicas e castiças romarias portuguesas, as tradicionais “Feiras Novas”, após o jantar os participantes, puderam observar *in loco* a cultura do nosso povo, desfrutando da ro-

maria e das muitas Rusgas e Concertinas, que a partir das 22 horas actuaram até de madrugada no Centro Histórico da “Mui Antiga e Leal Vila de Ponte de Lima”. •



Audiência na Câmara Municipal de Odivelas

ODIVELAS, 22 DE JULHO DE 2015

Organizado pelo Núcleo de Odivelas na pessoa do seu coordenador Abílio Santos, uma delegação da Direcção da Real Associação de Lisboa, constituída pelo seu presidente João Távora e Teresa Côrte-Real responsável da coordenação dos núcleos, foi recebida a 22 de Julho em audiência na Câmara Municipal de Odivelas pela sua presidente, Dra. Susana Amador, cuja administração vem sendo marcada por uma obstinada afirmação da tradição e história

desta autarquia. Recebidos com excepcional cordialidade e simpatia pela anfitriã, além da apresentação de cumprimentos e troca de lembranças, foi reiterada a disponibilidade da Real Associação de Lisboa através do seu Núcleo nesta importante autarquia do distrito de Lisboa, onde repousam os restos mortais do nosso grande Rei D. Dinis, contribuir para uma cidadania avançada, focada na intervenção cultural, patrimonial e política, com vista à promoção

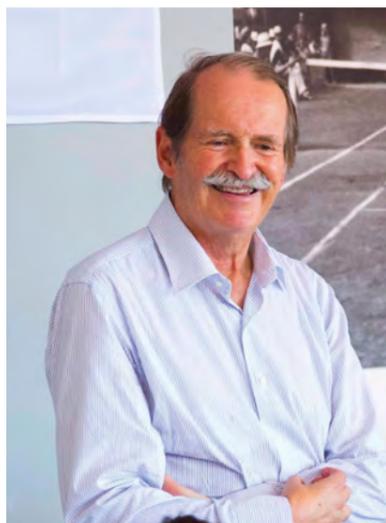


do Ideal Monárquico corporizado na pessoa do Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança. •

Passeio pela Costa do Estoril

ESTORIL, 20 DE JUNHO DE 2015

No âmbito da celebração do seu XXVI aniversário, e como é tradição nesta altura do ano, a Real Associação de Lisboa realizou no dia 20 de Junho um convívio entre os seus associados, constituído este ano por um passeio pela Costa do Estoril. A jornada incluiu uma visita à Real Quinta de Caxias e ao Forte de S. Bruno, a que se seguiu um almoço no Restaurante Terra Batida no Clube de Ténis do Estoril honrado com a presença de S. A. R. o Senhor Dom Duarte, ocasião para



empossar a nova direcção do Núcleo da Costa do Estoril representada pela associada Aline Gallasch-Hall de Beuvink. Seguiu-se uma visita ao Palácio da Cidadela em Cascais e a deposição de uma coroa de flores na estátua do Rei Dom Carlos pelo presidente da Real Associação de Lisboa João Távora e por Carminho Pinheiro Torres em representação da Juventude Monárquica Portuguesa, naquela que constituiu uma emotiva homenagem de todos os associados presentes. •



A direcção e o Núcleo da Costa do Estoril da Real Associação de Lisboa foram recebidos no dia 28 de Outubro na Câmara Municipal de Cascais pelo seu presidente, Dr. Carlos Carreiras. Estiveram presentes João Távora, Presidente da Direcção, Aline Gallasch Hall,

Núcleo da Costa do Estoril da RAL na Câmara de Cascais

CASCAIS, 28 DE OUTUBRO DE 2015

José Craveiro Lopes Lobão e Pedro Teles do Núcleo do Estoril e Teresa Côrte-Real, coordenadora dos núcleos. Durante a audiência, que decorreu com enorme cordialidade, foi apresentada a agenda de actividades e projectos do núcleo para 2015-2016, com propostas nas

áreas da Cultura, da Educação e da Cidadania. Em destaque, esteve a importância do reforço do papel do Mar enquanto fonte de desenvolvimento e a necessidade de afirmação da identidade concelhia em toda a sua diversidade. •

872º Aniversário da Fundação da Nacionalidade

COIMBRA, 5 DE OUTUBRO DE 2015

A Real Associação de Coimbra comemorou no dia 5 de Outubro o aniversário da Independência de Portugal, mandando celebrar na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, uma missa sufragando a alma do Rei Fundador e dos seus Descendentes. Na

mesma Cerimónia foi igualmente sufragada a alma do recentemente falecido Dr. Miguel Pignatelli Queiroz, que exercia as funções de Vice-Presidente da Assembleia-Geral da Real Associação de Coimbra, era membro do Conselho Monárquico da Causa Real e

prestou relevantíssimos serviços à Instituição Real e ao Movimento Monárquico. Após a Eucaristia realizou-se a cerimónia evocativa da efeméride junto aos túmulo dos Reis Fundadores (D. Afonso Henriques e D. Sancho I). •

Prémio Infante D. Henrique entregue a jovens portuenses da OBS

PORTO, 19 DE OUTUBRO DE 2015

No dia 19 de Outubro, dezoito alunos da Escola Britânica do Porto (Oporto British School) receberam das mãos de S.A.R. D. Duarte, o Prémio Infante D. Henrique na categoria bronze, destinado a jovens com idades a partir dos 14 anos. Os jovens agora galardoados mostraram persistência, compromisso e desenvolvimento pessoal e social no período em que desenvolveram o programa, cumpriram todos os requisitos e foram avaliados. A cerimónia de entrega do Prémio, liderada pelo Senhor Dom Duarte, contou ainda com a presença de diversas

personalidades ligadas ao meio académico e social do Grande Porto, para além dos agraciados e respectivas famílias. No dia 21 de Outubro, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Funchal decorreu, também com a presença de S.A.R. D. Duarte, a cerimónia de entrega do Prémio nas categorias bronze e ouro à escola APEL (Escola da Associação para a Promoção do Ensino Livre) e à CRIAMAR (Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens). O Prémio Infante D. Henrique é a versão portuguesa do “The Duke of

Edinburgh’s International Award”, fundado em 1956 pelo Duque de Edimburgo. Em 1988, no Porto, Dom Duarte, Duque de Bragança, fundou a versão portuguesa, que adoptou o nome Prémio Infante D. Henrique. O Prémio assume crescente relevância ao atribuir valor ao *curriculum vitae* dos jovens, como testemunho da sua preparação para os desafios profissionais e pessoais pela aquisição das necessárias competências. •





Apresentação do Núcleo Sul do Tejo na Fragata “D. Fernando II e Glória”

CACILHAS, 14 DE NOVEMBRO DE 2015



à fragata “D. Fernando II e Glória”, última nau da Carreira das Índias e presentemente ancorada em Cacilhas. Esta visita foi aproveitada para a apresentação dos responsáveis do Núcleo, António Jorge Albuquerque Gaspar, Comandante Rocha e Abreu e Ana Gomes, bem como do respectivo plano de actividades para 2016. •



O Núcleo do Sul do Tejo da Real Associação de Lisboa, criado o ano passado, realizou, no dia 14 de Novembro, uma visita guiada

Conferência “Chefia de Estado - Que Opções”

LISBOA, 21 DE NOVEMBRO DE 2015

No Auditório da Biblioteca Nacional decorreu, no dia 21 de Novembro, mais uma conferência organizada pela Real Associação de Lisboa denominada “Chefia de Estado - Que Opções” com a parti-

cipação dos convidados especiais Doutora Marina Costa Lobo, Profs. Doutores José Adelino Maltez e Lourenço Vilhena de Freitas e com a moderação de Samuel de Paiva Pires. Uma numerosa assistência

marcou presença nesta conferência, que proporcionou, após as brilhantes intervenções, um debate participado e interessante. O vídeo da conferência está disponível no canal da RAL no YouTube. •



Jantar dos Conjurados 2015

ESTORIL, 4 DE DEZEMBRO DE 2015



Com a promessa de que no ano que vem com a recuperação do feriado do 1º de Dezembro o evento recupará a sua data natural - 30 de Novembro - decorreu no passado dia 4 de Dezembro no Hotel Palácio do Estoril o tradicional Jantar dos Conjurados que reuniu várias centenas de pessoas à volta da família Real

Portuguesa celebrando a restauração da Independência. Marcada pela presença de muitos jovens, a ocasião foi aproveitada para a apresentação da nova direcção da Causa Real, tendo o seu novo presidente António de Souza-Cardoso e S.A.R. Dom Duarte Duque de Bragança tomado a palavra. A receita do evento, uma organização

da Real Associação de Lisboa para a Causa Real, reforçada este ano através duma tómbola de ofertas de várias entidades e amigos e de um concorrido leilão de uma bandeira histórica que pertenceu ao Comandante Paiva Couceiro, reverteu a favor do Convento dos Cardaes – Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos. •

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: «Alfredo Pimenta». Correspondência recebida, vol. I

ORGANIZADORA: Alexandra Marques e outros

EDITOR: Câmara Municipal de Guimarães e Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PÁGINAS: 1152

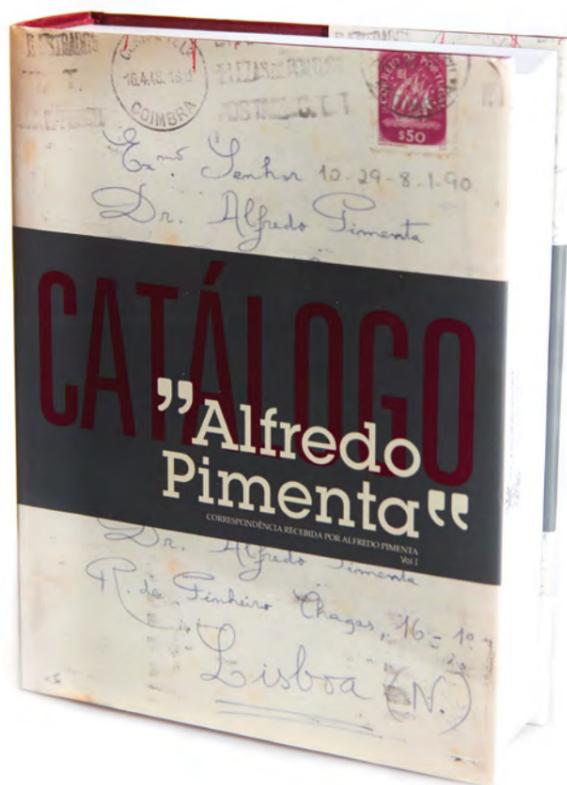
PREÇO: 35,00 €

ISBN: 978-972-8050-53-5

A memória histórica precisa de arquivos modernos, o que significa arquitetura específica, técnicas de espurgo e conservação de primeira qualidade, pessoal qualificado, e obviamente precisa também de investigadores, e estes precisam de bons instrumentos de referência documental, capazes de ordenar e transmitir convenientemente os fundos ali conservados. Só dessa maneira uma nação antiga como a nossa pode fazer esse trabalho contínuo e infundável de reavaliação do seu passado, longínquo ou adjacente, não apenas para polir o lustro às glórias de antanho, mas também para se interrogar diante dos fracassos das entorses e das catástrofes dos tempos idos.

Para que arquivos e investigadores possam levar adiante os seus desígnios, é indispensável que todos os documentos previsivelmente relevantes sejam reconhecidos como de valor patrimonial quase comparável ao das pedras dos monumentos ou dos quadros nos museus, e que os proprietários dessa documentação histórica cuidem deles convenientemente, conservando-os em sede própria (o que raramente pode suceder) ou concedendo-os a instituições capacitadas para preservá-los em suportes adequados. O que hoje pode parecer de menor valor pode, sem dúvida, constituir depois de amanhã uma evidência revelante para o esclarecimento dum facto, dum biografia, dum acção pessoal ou colectiva. E é por isso que a doação de espólios literários ou artísticos, por exemplo, constitui uma obrigação patriótica a que as pessoas de bem se sentem obrigadas, por se reconhecerem como partes do todo perene a que chamamos Portugal.

Acredito que os monárquicos têm, como nenhuns outros, a consciência do dever de partilha de papéis privados mas de interesse público, e a prova disso



é que António Sardinha, Henrique Paiva Couceiro, Afonso Lopes Vieira e Alfredo Pimenta têm hoje os seus arquivos salvaguardados em instituições como, respectivamente, Universidade Católica de Lisboa, Torre do Tombo, Biblioteca Municipal de Leiria, Fundação Calouste Gulbenkian e Arquivo Municipal de Guimarães. É precisamente esta última instituição que acaba de lançar um imponente primeiro volume com o registo da correspondência dirigida a Alfredo Pimenta, um monumental conjunto de «20 mil peças e cerca de 2000 emissários». Ao termo de um trabalho de quase dez anos de classificação e descrição dessas cartas, este livro torna-se assim um instrumento de trabalho indispensável a historiadores do nosso século passado, a quem se facilita enormemente a aproximação aos materiais deste conjunto de cartas, cujo interesse até uma consulta rápida mostra à evidência.

É verdade que o livro ganharia enormemente com a inclusão de um índice onomástico final, mas às 1152 páginas seria ainda necessário acrescentar pelo menos meio cento delas, tal a riqueza das descrições epistolares preparadas por uma equipa de catalogadores que durante longos meses a Fundação Gulbenkian pôs à disposição do Arquivo Municipal

de Guimarães para essa tarefa quase ciclópica. Todavia, acredito que de alguma forma digital o Arquivo saberá conceder aos seus utilizadores essa indispensável facilidade de pesquisa e consulta, potenciando claramente o seu trabalho.

Cada carta é identificada pela data, cota de referência específica e um registo de «conteúdo informacional», como se compreenderá muito variado, de acordo com os interlocutores de Alfredo Pimenta, também eles muito distintos entre si, e aqui ordenados alfabeticamente. Por opção que julgo gráfica, não-editorial, a imensa lista de correspondentes foi repartida por índices específicos de cada letra, o que de alguma maneira dificulta uma consulta não dirigida ou específica. Quem quiser chegar, por exemplo, às interesses cartas de Antero de Figueiredo, terá de ir primeiro à p. 491, que remete para as pp. 523-41, e assim sucessivamente. Terá sido a melhor opção?

Sendo um instrumento de trabalho para historiadores e curiosos de história, não há dúvida de que este livro pode ser lido, aos poucos, como

uma espécie de biografia do célebre erudito e político, pela quantidade de temas e assuntos aos quais, por interpostas pessoas, dedicou a sua atenção e transparecem na descrição documental. E o intenso protagonismo de Alfredo Pimenta em tantos aspectos da vida portuguesa ficará ainda mais evidente quando sair o segundo volume, correspondendo ao inventário dos manuscritos dos seus escritos, recortes de imprensa e documentação variada. Espera-se que assim aconteça brevemente, para que estes dois enormes volumes dêem completo testemunho da vida deste vimarense «devotado» e ainda hoje uma grande referência da cidade.

E como sua neta, D. Maria Teresa Viegas Pimenta (1937-2014; nossa associada 3221), tão bem disse na cerimónia de doação, tratou-se esta de «um serviço a Guimarães». E certamente também, um exemplo para Portugal.

VASCO ROSA

LOJA ONLINE

www.reallisboa.pt

Estes e outros produtos à sua espera em www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115



7.50€

T-shirt



10€

T-shirt



9.50€

Pulseira



12€

Isqueiro



4€

Galhardete



17.50€

Bandeira
(100x70cm)



5€

Autocolante



15€

Guarda-chuva
dobrável



10€

Panamá



42.50€

Gravata
de seda



Tinto 6€
Branco 6€
Tinto Reserva 13€
Pack 3 Vinhos 25€



F O R N E C E D O R O F I C I A L
D A C A S A R E A L


SAGRES
BOHEMIA

**SAGRES BOHEMIA ORGULHA-SE DE SER A HERDEIRA
DAS COMPANHIAS DE CERVEJA FORNECEDORAS DA CASA REAL PORTUGUESA.**

Seja responsável. Beba com moderação.